

AA5058782, Processo: 46094031499201329 Empresa: FELIPE HINGEL CASTELO BRANCO OSORIO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HELIODORO MANUEL DAS CHAGAS SEBINHA Passaporte: H532720, Processo: 46221007228201350 Empresa: CONSUELO GASCO PINES RESTAURANTE EIRELI - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CONSUELO GASCO PINES Passaporte: AAF846930, Processo: 46207006578201387 Empresa: DALL AGRASSI ACABAMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCIANO BORNIA Passaporte: YA2278257, Processo: 46094028798201386 Empresa: IAN CHARLES BIRD Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IAN CHARLES BIRD Passaporte: 093185506, Processo: 46094028865201362 Empresa: MAB-FARMA - DROGARIA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Pedro Nuno da Cruz Teixeira da Silva Passaporte: L601895, Processo: 46094029116201352 Empresa: R & H IRIS COMERCIAL LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BINJIE XU Passaporte: E24105101, Processo: 46094030738201323 Empresa: ERMINIO COSTA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ERMINIO COSTA Passaporte: YA3072382, Processo: 46094031754201333 Empresa: ONORIO DI LUCA & CIA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NATALE BORDON Passaporte: AA1106934, Processo: 46217006549201304 Empresa: SOCONSTROI- CONSTRUcoes IND. COM. EXPORTACAO, IMPORTACAO & SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Manuel Duarte Maria Passaporte: H398591, Processo: 46217007246201309 Empresa: SOCONSTROI- CONSTRUcoes IND. COM. EXPORTACAO, IMPORTACAO & SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIZ MANUEL RODRIGUES BARBOSA BARROS Passaporte: M378691, Processo: 46094031750201355 Empresa: SOBREBA INVESTIMENTOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN CLAUDE BACHELIER Passaporte: 17 02013973, Processo: 46094032596201339 Empresa: BREIZHIL EMPRENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIER FRANÇOIS DANIEL BORDAIS Passaporte: O8AB50764, Processo: 46094033202201360 Empresa: PMB INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E TURISTIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE LUIS ALVAREZ DE SOTOMAYOR Passaporte: AAB888678, Processo: 46094036416201398 Empresa: MILANO CONSTRUcoes LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: alessandro rivella Passaporte: AA1251990, Processo: 46094037176201349 Empresa: ILHEUSDECOR COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAULA CRISTINA ARAUJO SOARES Passaporte: M337812, Processo: 46094031508201381 Empresa: REABILITACAO FRIZZERA & GOMES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Carlos José dos Reis Bastos Dinis Passaporte: M503714.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, e, considerando a Portaria nº 21, de 09 de março de 2006, resolve autorizar: a empresa ODEBRECHT LATINVEST OPERACIONES Y MANTENIMIENTO S.A.C, sociedade constituída de acordo com as leis da República da Argentina, a contratar até 30 (trinta) trabalhadores brasileiros para exercerem funções compatíveis com suas respectivas qualificações profissionais no seguinte país: Peru. Prazo: até 3 (três) anos, Processo nº. 46094.001066/2014-20.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro NUNO JORGE FERREIRA CONSANTINO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na PRAIA DO MARCENEIRO PARTICIPACOES E HOTELARIA LTDA. Processo: 47039.000788/2014-94, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.036897/2013-31.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: CHANG HYUN CHOI a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na HANA LATIN AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA. Processo: 47039.000242/2014-33, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.032278/2012-97.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

#### RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 170 de 03/09/2013, Seção 1, p. 70, PROCESSO: 46094.022274/2013-81, onde se lê: ROBERT ALBERTUS HERMANUS, leia-se: ROBERT ALBERTUS HERMANUS JANSEN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 235 de 04/12/2013, Seção 1, p. 59, PROCESSO: 46094.032554/2013-06, onde se lê: YUNG HUI, leia-se: YANG HUI.

### CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

#### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 109, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Disciplina a concessão de visto temporário a estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para a realização de estudos, investigações e levantamentos necessários à elaboração de proposta a ser apresentada por empresa estrangeira em procedimentos licitatórios que tenham por objeto a concessão de trechos ferroviários.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Poderá ser concedido visto temporário de que trata o inciso V do artigo 13 da Lei n. 6.815, de 1.980, ao estrangeiro que

pretenda vir ao Brasil, sem vínculo empregatício com empresa nacional, para realização de estudos, investigações e levantamentos necessários à elaboração de proposta a ser apresentada por empresa estrangeira em procedimentos licitatórios que tenham por objeto a concessão de trechos ferroviários.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, os trechos ferroviários objeto de concessão que justifiquem a emissão do visto previsto no caput são aqueles definidos por ato do Conselho Nacional de Desestatização ou de autoridade competente vinculada ao Ministério dos Transportes.

Art. 2º O visto temporário de que trata o caput terá validade de até seis meses, improrrogável, vedada a transformação em permanente.

Art. 3º O pedido de visto temporário deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - requerimento da empresa estrangeira interessada, acompanhado do ato de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Resolução;

### SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

#### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Em 13 de março de 2014

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI EMPRESA	UF
1	46214.002378/2005-98	007984316 Associação Bíblica e Cultural Vale do Poti	PI
2	46214.002879/2005-32	007984324 Associação Bíblica e Cultural Vale do Poti	PI
3	46214.002880/2005-67	007984332 Associação Bíblica e Cultural Vale do Poti	PI

ROBERTO CAVALCANTE LEÃO BORGES

### SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

#### DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 17 de fevereiro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46213.003316/2012-09
Entidade	SISMAPE - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Altinho-PE e Câmara de Vereadores
CNPJ	01.604.699/0001-61
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Pernambuco: Altinho
Categoria	Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos da Administração Direta e Indireta e Câmara de Vereadores de Altinho - PE

Em 11 de março de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 357/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve arquivar a impugnação n.º 46000.000495/99-72 apresentada pelo Sindicato dos Empregados em Edifícios, Condomínios e Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Jundiá, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itatiba, Itupeva, Cabreúva, Valinhos, Vinhedo, Itu, Indaiatuba, Jarinu e Louveira - SEECTTHJR - SP, nos termos do inciso V do art. 18 da Portaria 326/13. Resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio, em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e Empresas de Serviços Contábeis de Jundiá - SP, CNPJ 02.584.058/0001-55, processo de alteração estatutária n.º 46000.005877/98-75, a representação da categoria dos Empregados dos Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Serviços Contábeis, nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Joanópolis, Jundiá Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinalzinho, Piracacia, Tuiuti, Vargem, Várzea Paulista e Vinhedo no Estado de São Paulo, conforme inciso II do art. 25 da Portaria 326/13. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve excluir da representação do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo, CNP 60.976.404/0001-47, processo L018 P062 A1949, a categoria dos Empregados dos Agentes Autônomos do Comércio nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Joanópolis, Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinalzinho, Piracacia, Tuiuti, Vargem, Várzea Paulista e Vinhedo no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 30, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 358/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as impugnações 46000.002184/2012-95, 46000.002233/2012-90 e

II - comprovação da relação de trabalho entre o estrangeiro e a empresa estrangeira interessada;

III - declaração da empresa estrangeira que ateste a qualificação, a experiência profissional e a atividade que o estrangeiro exercerá no Brasil; e

IV - declaração, sob as penas da lei, de procurador nomeado no Brasil pela empresa estrangeira, assumindo inteira responsabilidade pelo estrangeiro, para todos os fins, inclusive pela repatriação e pelas despesas médico-hospitalares durante sua estada no Brasil.

Art. 4º O visto será concedido, no exterior, pelas Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados, constando expressa referência à presente Resolução Normativa.

Art. 5º A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho